

ANÁFORAS ENCAPSULADORAS – TRAÇOS PECULIARES AOS RÓTULOS

Mônica Magalhães Cavalcante¹ Mariza Angélica Paiva Brito²

Resumo

Discutimos as características dadas à descrição das anáforas encapsuladoras, particularmente as que se manifestam por expressões nominais definidas e demonstrativas, as quais Francis (1994) designou como rótulos. Embora salientando o tipo de remissão do fenômeno, bem como o valor axiológico, Francis particulariza propriedades semântico-lexicais dos núcleos dos rótulos, subvalorizando uma investigação sobre as funções que eles podem desempenhar. As especificidades metadiscursivas dos rótulos já estão presentes em Jubran (2006), numa análise relacionada ao tópico discursivo. Mas é nos trabalhos de Koch (2004, entre outros), de Carvalho (2005), de Vasconcelos de Sá (2007), Ciulla (2008), que são discriminadas algumas funções dos rótulos. Nesta pesquisa, demonstramos que certos traços são, na verdade, peculiares a todos os rótulos e, em seguida, comentamos sobre alguns outros que atendem a propósitos mais específicos.

Palavras-chave: Anáforas encapsuladoras. Função dos rótulos. Tópico discursivo.

Abstract

We discuss the well-known characteristics of anaphoric encapsulation, particularly those expressed by nominal phrases, defined and demonstrative, which Francis (1994) designated as labels. Although she stresses different kinds of remission phenomena, as well as axiological values, Francis particularized lexical-semantic properties of the nucleus of labels, undervaluing a research about the

roles they can play. Specific properties of metadiscursive labels are already in Jubran (2006), an analysis related to discursive topic. But it is in Koch (2004, among others), Carvalho (2005), Vasconcelos de Sá (2007) and Ciulla (2008) that some label functions are discriminated. In this study, we demonstrated that certain features are indeed peculiar to all of the labels and then we commented on some others that serve more specific purposes.

Keywords: Anaphoric encapsulation. Label functions. Discursive topic.

1. Introdução: Uma Delimitação Necessária

A designação de *rótulos* para o fenômeno em análise foi uma proposta de Francis ([1994] 2003), que os concebeu como um recurso coesivo constituído de elementos nominais cujo significado (inespecífico) só poderia ser precisado dentro do discurso. Duas condições saltam a essa definição: uma diz respeito à natureza lexical desse modo de referenciar; outra tem relação com a sua natureza semântico-discursiva. Os *rótulos*, assim como todas as anáforas encapsuladoras, inclusive as que se realizam por pronomes demonstrativos, seriam, portanto, um tipo de retomada com a propriedade de resumir porções textuais, mas teriam que manifestar-se, necessariamente, por sintagmas nominais plenos; do contrário não seriam rótulos, senão apenas anáforas pronominais que encapsulam conteúdos. A notícia a seguir traz sublinhadas exemplos de expressões anafóricas encapsuladoras que costumam ser designadas como rótulos: sua “ressurreição”, o fato, esse incidente, sua trama, o plano mirabolante, o incidente, o acontecimento.

¹ Grupo de Pesquisa Protexto - UFC

² Pós-Doutorado CAPES/PNPD/UFC

(1) Chinês finge morte por dinheiro, mas “ressuscita” em funeral devido ao calor

De Pequim - 06/08/2013 - 03h27

Um vendedor de refrigerantes no centro da China fingiu sua própria morte para que sua família recebesse uma indenização, porém, por causa do forte calor dentro do caixão, teve que sair correndo em pleno funeral para beber água, deixando todos espantados com sua “ressurreição”. O fato, relatado pela agência oficial de notícias “Xinhua”, ocorreu no último sábado (3) na cidade de Wuhan, capital da província de Hubei, e famosa por ser um dos lugares mais quentes do país durante o verão, ainda mais nesta temporada, na qual a porção sul da China enfrenta a pior onda de calor em 140 anos. O homem, de sobrenome Han, simulou ter morrido após uma surra de policiais locais, os temidos “chengguan”, um corpo que nos últimos meses apareceu nas páginas de notícias por ter causado a morte de vários vendedores ambulantes em outras cidades da China.

Han tinha sido detido em uma das frequentes batidas que os “chengguan” realizam em muitas localidades da China para controlar os vendedores ambulantes. Após esse incidente, outros vendedores detidos, que haviam combinado previamente com Han, garantiram que ele tinha morrido após apanhar dos policiais, por isso a polícia local deveria indenizar seus familiares com uma alta compensação econômica.

Para dar mais veracidade a sua trama, Han foi colocado em um caixão e foi carregado por 10 homens pelas ruas de Wuhan, mas as altas temperaturas da cidade frustraram o plano mirabolante.

Durante o funeral, no qual compareceram 300 pessoas e que era vigiado por 80 policiais devido à sensibilidade do fato, Han saiu repentinamente do caixão, pegou uma garrafa de água e, após dizer “não posso mais”, bebeu tudo com um gole. O incidente virou uma piada sobre as altas temperaturas que atingem a China desde julho. Pelo menos 10 pessoas morreram este ano pelo calor. O acontecimento também é uma amostra da tensão permanente entre a população e os “chengguan”, uma das forças de segurança mais odiadas do país.

(Disponível em <http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/efe/2013/08/06/> - acesso em 06/08/2013)

Há, portanto, um processo anafórico mais amplo, que designaremos aqui como *anáfora encapsuladora*, que Apothéloz e Chanet ([1997] 2003) consideram como uma operação discursiva por meio da qual o falante se refere, por um sintagma nominal, a uma ação, processo ou estado que foi anteriormente expresso por pelo menos uma proposição inteira. É a propriedade resumidora de conteúdos que caracteriza um processo de encapsulamento. Formalmente, as anáforas encapsuladoras podem realizar-se de duas maneiras: ou por meio de pronomes (demonstrativos e indefinidos, sobretudo), ou por meio de sintagmas nominais plenos. Só estes últimos constituem os *rótulos*. Assim, podemos afirmar que, no exemplo (1), o conectivo “por isso” encapsula o que foi expresso anteriormente, de maneira que pode ser classificado como uma anáfora encapsuladora, mas não pode ser um “rótulo”, por não se explicitar por expressão nominal.

2. Funções comuns a todos os rótulos

³ Segundo Jubran, três propriedades caracterizam a centração: a) *concernência*: relação de interdependência semântica entre os enunciados de um segmento textual – implicativa, associativa, exemplificativa, ou de outra ordem – pela qual se dá a integração desses enunciados em um conjunto específico de referentes (objetos-de-discurso); b) *relevância*: proeminência desse conjunto, decorrente da posição focal assumida pelos seus elementos; c) *pontualização*: localização desse conjunto, tido como focal, em determinado momento do texto falado.

Nem sempre que se abordam as funções desempenhadas pelos rótulos se atenta para o fato de que algumas delas são inseparavelmente ligadas a todos eles, ou ao fenômeno mais geral de anáfora encapsuladora. Os rótulos costumam ser focalizados em sua função eminentemente *coesiva*. Conte ([1996] 2003), que atribuiu a esse processo o nome de **encapsulamento anafórico**, define-o como um recurso coesivo pelo qual um sintagma nominal funciona como uma paráfrase resumidora para uma porção de texto. Segundo a autora, tais encapsuladores, que podem apresentar extensão e complexidade variada, introduzem um novo referente no discurso, sob a base de uma informação velha. Diremos, ao contrário, que tais anáforas encapsuladoras apenas nomeiam, com uma expressão nova no texto, um referente que já vinha sendo delineado pela porção textual a que se relaciona. É o fato de as anáforas encapsuladoras resumirem o que vem sendo dito que nos dá a certeza de que o referente não é novo para o discurso, pois já vinham sendo construído.

Refletiremos, a partir deste momento, sobre os traços que descrevem os rótulos, primeiramente pensando sobre as peculiaridades comuns a todos eles e, depois, sobre funções ocasionais que eles podem exercer nos discursos.

A propriedade **resumitiva**, mais do que uma função, é a característica definidora dos encapsulamentos, incluindo os rótulos. Além desse traço fundador, as anáforas encapsuladoras, assim como qualquer processo referencial, cumprem uma função **argumentativa** importante. Com isso, estamos assumindo que todas as anáforas encapsuladoras, inclusive as pronominais, contribuem, de algum modo, para o desenvolvimento argumentativo de um texto, sobretudo porque ajudam a organizar os argumentos na arquitetura textual. Francis ([1994]2003) enfatiza que “eles são rótulos para estágios de um argumento, desenvolvido dentro e através do próprio discurso, à medida que o escritor apresenta e avalia suas próprias proposições e as de outras fontes” (no original, p.83).

Outra função das anáforas encapsuladoras é a de **articular segmentos tópicos** em um texto, viabilizando a coesão referencial e contribuindo significativamente para a reafirmação de pontos de vista. Como bem analisa Koch (2004), os rótulos ajudam na organização macrotextual, porque, além de indicarem o fechamento de uma porção textual, funcionam como sinalizadores argumentativos, conduzindo o coenunciador para o estágio seguinte. Interessa-nos destacar, neste momento, a função de articulação tópica deste processo referencial. Os rótulos se mostram um recurso valioso para a introdução, mudança ou desvio de tópico, assim como para a ligação entre tópicos e subtópicos. Por isso, os rótulos são um dos mecanismos linguísticos de estruturação tópica (ver, sobre tópico discursivo, JUBRAN, 1992).

Segundo Jubran (1992), duas grandes propriedades particularizam um tópico: a *centração*³ (pois um conjunto

de detalhes e comentários converge para um assunto proeminente) e a organicidade (pois há relações de interdependência entre os assuntos, tanto num plano hierárquico de superordenação e subordenação, quanto num plano linear de ligações intertópicas). Além dessas relações semântico-textuais, a autora (p. 361) propõe que o tópico discursivo seja visto como uma categoria interacional e colaborativa do discurso, pois abrange “um complexo de fatores contextuais, entre os quais as circunstâncias em que ocorre o intercâmbio verbal, o conhecimento recíproco dos interlocutores, os conhecimentos partilhados entre eles, sua visão de mundo, o *background* de cada um em relação ao que falam, bem como suas pressuposições”.

Chamamos a atenção para o fato de a noção de tópico discursivo, em si mesma, estar intrinsecamente relacionada à de referenciação. E, dentre os processos referenciais, os rótulos, especificamente, como bem observou Pinheiro (2003, p.161), exercerem um papel importante de continuidade ou de progressão tópica e também de argumentação, pois, além de resumirem partes do texto, promovendo a continuidade de um tópico, podem, em certos casos, realçar um dado conteúdo, imprimindo a ele um ponto de vista do enunciador, ou seja, acrescentando uma avaliação:

Nesse processo de atribuição de referentes, um conjunto de informações difundidas no contexto anterior é erigido em referentes, que não apresentam, no universo discursivo, antecedentes pontualmente delimitáveis. Esse tipo de elaboração referencial, também ancorada no processo interacional, atua como mecanismo de articulação tópica, estabelecendo sequenciação e mudança. Ao atribuir a um conjunto de informações o estatuto de referente, o produtor do texto deixa transparecer seu ponto de vista em relação a essas informações. Esse é um dos aspectos interacionais vinculados à conferência de estatuto de referente a um conjunto de informações difundidas no contexto como mecanismo de articulação tópica. Ao sumarizar todo o conteúdo de tópico através de uma forma referencial, o produtor do texto pode realçar uma parte desse conteúdo, avaliando-a.

Sugerimos que se estabeleça uma distinção entre funções argumentativas e funções explicitamente avaliativas: somente estas últimas introduzem um dado atributo e/ou homologam uma avaliação pretendida pelo locutor. Desse modo, em (2), podemos afirmar que é declaradamente avaliativa a expressão em grifo, mas não é avaliativo o uso do encapsulador pronominal “isso” no mesmo exemplo, nem o emprego de “essas coisas”, em (1), embora cumpram função argumentativa ao encadear um argumento a uma conclusão:

(2) Prezada Professora,

Nossa editora costuma fazer uma análise criteriosa de todo material recebido, para, eventualmente, apresentar sugestões importantes de alterações. Esse enorme cuidado com as publicações revela que não tomamos decisões apressadas, ou sob pressão. Isso significa que, se você tem pressa, abrimos mão da coletânea e desejamos que a outra editora tenha sucesso com a obra. (e-mail pessoal)

Outra função mencionada por Francis (2003) é a **remissiva**, que – sabemos – é própria de qualquer tipo de

processo referencial, não apenas dos rótulos, de modo que poderia parecer irrelevante estender os comentários para além dessa observação. Todavia, vale destacar o comentário de Francis sobre o caráter preditivo e organizador dos rótulos prospectivos, ou catafóricos, que permitem ao coenunciador antecipar as informações, e até as avaliações, diluídas no trecho que eles resumem, conforme atestamos no exemplo (3):

(3) Ao Sr. Roberto Pompeu de Toledo: A CRUELDADE DA CRÍTICA LEVIANA

Não consegui manter-me alheio ao seu inquietante ensaio: “A farsa cruel de um ponto de exclamação” (VEJA, ed. 1933). (...) É inacreditável que um profissional que tenha passado por uma Universidade (espero que esse seja o seu caso) venha a público com críticas de tal envergadura, sem levar em consideração o empobrecimento do profissional da educação, há mais de 12 anos sem aumento salarial. (...) Gostaria de finalizar fazendo uma pergunta ao Sr. Roberto: qual seria outro possível instrumento de reivindicação salarial e por melhores condições de trabalho, que não a greve? Por favor, se o senhor souber, diga-nos, porque durante décadas discutiu-se, em todos os recantos universitários deste país, na tentativa de encontrar um outro instrumento mais eficaz e que não causasse prejuízo aos alunos. Infelizmente, nossas mentes não foram, até o momento, suficientemente criativas para encontrá-lo. Uma última informação: o professor, muito provavelmente, é o único profissional que, terminada a greve, trabalha redobrado para recuperar o tempo perdido. Acredito que nenhuma outra classe trabalhadora tenha tal responsabilidade para fazê-lo. Espero que, com estas informações, o jornalista possa dispor de algo mais do que um simples ponto de exclamação para elaborar seu próximo ensaio.

Saudações Universitárias, Prof. Dr. Germano Phonlor (Andes-SN, 05/12/05)

O rótulo “uma pergunta”, ao realizar a função catafórica, adianta para o leitor que o segmento textual empacotado por ele representa uma indagação: o nome metalinguístico *pergunta* já o indica e, ao mesmo tempo, explicita a força ilocutória que terá. Já o rótulo “uma última informação” não apenas prediz que será fornecido um conteúdo informativo, mas organiza as demais informações anteriormente explicitadas, frisando a ordem sequencial em que elas vêm sendo dispostas no texto. Declarar que dará “uma última informação” é abrir o pressuposto de que outras informações já foram introduzidas anteriormente. E, assim indicando, “uma última informação” remete duplamente: para frente e para trás.

As expressões “uma pergunta” e “uma última observação” operam, então, como anáforas encapsuladoras nominais, ou seja, como rótulos. Vale perguntar, porém, se todo rótulo tem sempre caráter anafórico. Temos assumido, desde Silva (2013), um tipo de introdução referencial encapsuladora, com as mesmas características de um rótulo, exceto pelo fato de não retomarem, mas de introduzirem referentes. É o caso, por exemplo, do título do texto (3): “A crueldade da crítica leviana”. Para Silva (2013, p.118), tais introduções referenciais encapsuladoras, ou rotuladoras, imprimem ao referente introduzido “um ‘estranhamento’

inicial sobre o referente, fazendo o leitor buscar, durante a leitura, a confirmação de quem é o objeto citado nas palavras e/ou imagens utilizadas no gênero textual”.

Com essa observação, encerramos os quatro traços definidores das anáforas encapsuladoras por rótulos: o resumitivo, o coesivo, o argumentativo e o remissivo (prospectivo e/ou retrospectivo). Dos quatro, o que prevalece, por ser o traço definidor dos processos encapsuladores, é o resumitivo. A isso, acrescentamos que os rótulos podem manifestar não apenas anáforas, mas introduções referenciais encapsuladoras.

3. Propriedades lexicais dos rótulos

Francis (2003) comenta que, da perspectiva sistêmico-funcional, os rótulos partilham das três metafunções hallidayanas: ideacional, interpessoal e textual. Os rótulos acrescentam ao discurso um valor informativo (**função ideacional**), no momento em que “classificam” uma porção difusa, introduzindo no texto um novo referente; além disso, por meio deles, o locutor segura na mão do coenunciador (**função interpessoal**), guiando-o para a orientação argumentativa que pretende imprimir ao que diz; por fim, por sua propriedade coesiva e por nomear um segmento do texto com uma informação nova (**função textual**), servem de trampolim para impulsionar argumentos subsequentes.

Ao salientar a função **metadiscursiva** (a que a autora chama de “metalinguística”) de todos os rótulos, Francis, em um primeiro estudo (1986), observa que esses elementos rotulam uma extensão do discurso como um tipo particular de linguagem. Em outras palavras, dentro do processo de rotulação torna-se possível isolar um conjunto de nomes que tenham um traço importante em comum: exercem uma função metadiscursiva, por se referirem à própria linguagem, isto é, por rotularem uma extensão textual como um tipo particular de linguagem.

ação muito mais lexical do que discursiva, uma vez que identifica os tipos de rótulo de acordo com o nome nuclear do sintagma nominal encapsulador. Assim, os rótulos são agrupados em quatro conjuntos, segundo esse parâmetro: *os de nomes ilocucionários*, *os de nomes de atividades languageiras*, *os de nomes de processo mental* e *os de nomes de texto*. Exceto os que designam “nomes de texto”, que reconhecemos como os mais prototipicamente metalinguísticos, os demais não se definem por critérios muito claros, de modo que se poderia facilmente confundilos. Os *nomes ilocucionários* são identificados por Francis (1986) como nominalizações de processos verbais, normalmente atos de comunicações, compostos tipicamente (mas nem sempre) por verbos ilocucionários cognatos. Exemplos da autora (cf. Francis, 2003) são os seguintes:

acusação, admissão, aviso, afronta, alegação, anúncio, resposta, apelo, argumento, asserção, encargo, reivindicação, comentário, queixa, cumprimento,

conclusão, opinião, crítica, decisão, (nível de) negação, descoberta, desculpa, explanação, indicação, objeção, observação, promessa, predição, projeção, proposta, proposição, protesto, confiança renovada, reconhecimento, recomendação, rejeição, observação, lembrança, resposta, relatório, pedido, revelação, declaração, sugestão, aviso. (p.204)

Ocorre que, por vezes, a nominalização já se realiza mesmo sem o processo verbal ter sido explicitado, como se dá na seguinte piada em que o nome “tratamento” corresponde à ação verbal implícita de “tratar o paciente”:

(4) Psiquiatra para paciente bebom:

- O senhor vai parar de beber cerveja. Durante um ano só vai beber leite.
- Outra vez, doutor?!
- O que?!... O senhor já fez *esse tratamento*?
- Já. Durante os dois primeiros anos da minha vida...

(Disponível em <http://www.sobobagem.com.br/> – acesso em 07/08/2013.)

A definição de *nomes de atividades languageiras* nos parece ainda mais vaga que a anterior, pois eles se referem a “variados tipos de atividade languageira ou aos resultados destas”. Incluem, dentre outros, nomes que se referem aos resultados de padrões discursivos e de operações estilísticas como *adivinhação*, *imaginação*, *ironia*, *descrição*, assim como nomes utilizados para fazerem evoluir a atividade verbal. O que são exatamente “atividades languageiras” fica tão pouco claro que a própria autora admite que esses nomes se aproximam dos ilocucionários. Exemplos da autora:

consideração, ambiguidade, comparação, consenso, contraste, controvérsia, critério, debate, defesa, definição, descrição, detalhe, diagnóstico, disputa, distinção, conversa fiada, equação, exemplo, fórmula, ilustração, ocorrência, linguagem, mensagem, mito, bobagem, comprovação (linha de) raciocínio, referência, discussão, história, sumário, conto, conversa, tema, julgamento, colocação, (estilo de) escrita. (FRANCIS, 2003, p.206)

Quanto aos *nomes de processo mental*, a autora afirma que se referem a estados e processos cognitivos (e aos resultados deles). A pergunta imediata que advém dessa caracterização é a seguinte: o que está sendo concebido como “estados e processos cognitivos”? Alguns dos nomes de atividades languageiras não poderiam estar aí inseridos, como “julgamento”, “consideração” e “comparação”, para não ir muito longe? Tudo envolve, na verdade, um processo cognitivo, mas, a julgar pela denominação “estados e processos cognitivos”, pensa-se logo numa tipologia de predicados (de ação, de estado e de processo). Exemplos de Francis (2003, p.208):

análise, atribuição, suposição, atitude, crença, conceito, convicção, doutrina, dúvida, descoberta, hipótese, ideia, insight, interpretação, conhecimento, noção falsa, noção, opinião, filosofia, posição, princípios, fundamento lógico, leitura, suspeita, teoria, modo de pensar, pensamento, (ponto de) vista.

Os *nomes de textos*, por outro lado, se diferenciam da superposição possível nos três tipos anteriores, por se referirem especificamente à estrutura textual formal do discurso. De acordo com a autora, tais nomes denotam uma propriedade sintática da metalinguagem, ao passo que os três primeiros se relacionariam a uma propriedade semântica da metalinguagem:

Não há nenhuma interpretação envolvida: simplesmente rotulam extensões do discurso precedente, cujos limites precisos eles definem. Nomes nucleares deste tipo encontrados nos dados são frase, pergunta (ortograficamente assinalada), sentença e palavras, que, de acordo com Leech (1983, p.314), estão no “modo sintático da metalinguagem” em oposição ao modo semântico. Também incluem nomes como excerto, página, parágrafo, passagem, citação, seção, termo e terminologia, que, similarmente, referem-se às estruturas formais, embora não sejam unidades sintáticas.

Essa discriminação proposta por Francis perde a relevância na presente pesquisa por tratar de um detalhamento lexical *a priori*, o que nos parece estranho dentro da análise da autora, que reconhece serem os rótulos denominações construídas *ad hoc*, de acordo com o desenrolar da argumentação em contextos particulares de uso, de maneira que um dado rótulo, muito adequado para determinado trecho de um dado texto, pode não ser para outro.

4. Funções específicas de alguns rótulos

Como dissemos, alguns rótulos somam às funções anteriormente descritas algumas outras, que não são necessariamente partilhadas por todas essas anáforas encapsuladoras nominais. A primeira dessas funções, sobre a qual já comentamos acima, é a explicitamente avaliativa.

Este é o uso mais celebrado na literatura sobre anáforas encapsuladoras; ele determina, como afirma Koch (2004), uma orientação argumentativa. Embora se possa alegar que qualquer recurso linguístico argumentativo reflita uma avaliação, preferimos tratar como rótulos *avaliativos* apenas os que apresentarem **explicitamente** esse valor axiológico, por meio do próprio nome nuclear e/ou por meio de modificadores, como em:

(5) Um velho índio descreveu certa vez seus conflitos internos:

“Dentro de mim existem dois cachorros: um deles é cruel e mau, o outro é muito bom e dócil. Os dois estão sempre brigando...” Quando então lhe perguntaram qual dos cachorros ganharia a briga, o sábio índio parou, refletiu e respondeu: “Aquele que eu alimentar”.

Disponível em <http://www.prof2000.pt/users/lpa/pensamentos.htm> - acesso em 07/08/2013).

Conforme dissemos, ao comentarmos sobre as introduções referenciais rotuladoras, os títulos, muitas

vezes, cumprem esse papel de rotulação avaliativa, ao expressarem um ponto de vista que vai ser sustentado durante todo o texto. Assim, além de definir o tópico discursivo maior, orientando a centralização das diversas informações espargidas no texto, o título pode já antecipar a tese a ser defendida, resumindo a avaliação que será desenvolvida. Isso ocorre com relativa frequência em textos opinativos, como editoriais e artigos de opinião, mas também em notícias, como em “**Manifestação** bloqueia via no Centro do Recife - Publicado em 18.07.2013, às 11h01”, e em reportagens, como no exemplo abaixo, em que o nome “dicas” anuncia e resume o comentário relativo ao tópico central do texto:

(6) Dicas para fazer a reforma perfeita

Confira as respostas das principais dúvidas de quem comprou sua casa agora e não vê a hora de mudar.

Por Redação Casa Linda - 02/08/2013

É verdade que apenas com o jogo de luzes correto eu posso aumentar o espaço de casa?
Na verdade, com uma boa iluminação, o que aumenta é a sensação de amplitude de cada ambiente. A designer Helô Cunha, especializada em iluminação de interiores, alerta que “o segredo é colocar lâmpadas dirigidas para as paredes, criando a ilusão de mais espaço”.

(Disponível em <http://revistacasalinda.uol.com.br/reforma/dicas-para-fazer-a-reforma-perfeita/> - acesso em 07/08/2013.)

Apothéloz e Chanet ([1997]2003) chamam a atenção para o emprego de demonstrativos nessas expressões anafóricas, mostrando que eles cooperam para a assinalação de uma conotação axiológica evidente. Ademais, os demonstrativos também podem indicar, por seu valor dêitico, uma mudança de tópico, como já dissemos anteriormente.

Observe-se que as funções aqui analisadas não são mutuamente excludentes em muitos casos. A esta função de avaliação explícita, por exemplo, pode se somar a de **organização enumerativa**, aquela em que os rótulos definem uma organização textual por enumeração, como em:

(7) História em suspenso

Discussão sobre abertura dos arquivos sigilosos da ditadura militar no Ceará envolve Governo, responsáveis por arquivos, anistiados e pesquisadores. A expectativa é que critérios de acesso aos documentos secretos sejam definidos ainda esse semestre.

(...)

O assunto foi tema de seminários, no final do ano passado, e deverá produzir mais debate esse ano se duas promessas forem cumpridas. A primeira delas é (...). A segunda é (...).

(revista *Universidade Pública*, janeiro/fevereiro de 2006).

Note-se que a ordem em que os elementos vão aparecer na superfície do texto pode não estar indicada na expressão rotuladora, que pode ter um caráter mais genérico e apenas frisam a quantidade de referentes que estão sendo

antecipados, como em (8):

(8) Há três coisas que jamais voltam: a flecha lançada, a palavra dita e a oportunidade perdida. - Provérbio tibetano.

(Disponível em <http://proverbios.frasesecitacoes.com/proverbios tibetanos.html> - acesso em 07/08/2013)

Essa particularidade semântica de nomes gerais, como “o assunto”, “essas coisas”, “esse fato” etc., descrita por Lyons (1977), se aplica à **função de sumarização generalizadora** dos rótulos. Nas situações de emprego de nomes gerais, o objetivo dos rótulos é não somente resumir porções do texto, como todos os demais fazem, senão também sintetizar por meio de uma generalização conveniente, porque apenas preparatória para a introdução de novos argumentos. O grau de generalidade é bastante variável, de maneira que se torna difícil precisar em que ponto da escala termina o estatuto de *nome geral* e onde começa a especificidade de um determinado tema encapsulado.

Por essa propriedade generalizadora de certos rótulos, que fazem as vezes de “pró-nomes”, Carvalho (2005) propõe que se separem as expressões rotuladoras em dois grandes tipos:

Essa particularidade semântica de nomes gerais, como “o assunto”, “essas coisas”, “esse fato” etc., descrita por Lyons (1977), se aplica à **função de sumarização generalizadora** dos rótulos. Nas situações de emprego de nomes gerais, o objetivo dos rótulos é não somente resumir porções do texto, como todos os demais fazem, senão também sintetizar por meio de uma generalização conveniente, porque apenas preparatória para a introdução de novos argumentos. O grau de generalidade é bastante variável, de maneira que se torna difícil precisar em que ponto da escala termina o estatuto de *nome geral* e onde começa a especificidade de um determinado tema encapsulado.

Por essa propriedade generalizadora de certos rótulos, que fazem as vezes de “pró-nomes”, Carvalho (2005) propõe que se separem as expressões rotuladoras em dois grandes tipos:

Em síntese: os rótulos organizam-se sob duas dimensões, uma delas em que se faz referência ao conteúdo do enunciado que encapsulam, portanto, relativo ao ‘*dictum*’, e a outra, ao modo como o que se diz é dito, isto é, relativo ao ‘*modus*’. Os rótulos, portanto, ficam assim distribuídos:

1) Relativos ao conteúdo: recaem sobre o ‘*dictum*’-rotulam um conteúdo expresso em segmentos textuais, anteriores ou posteriores, nomeando-o (rotulando-o), em geral, por meio de termos genéricos ou nomes deverbais (no caso das nominalizações). Geralmente, não avaliativos.

2) Metadiscursivos: relativos ao ‘*modus*’ - rotulam não o conteúdo de um segmento textual (antecedente ou subsequente), mas um ato de enunciação, na construção, ativação de um novo referente:

- a) designando-o como um tipo de ato ilocucionário;
- b) nomeando-o como resultado de determinado tipo de atividade cognitivo-discursiva realizada pelo seu

enunciador;

c) aplicando-lhe uma denominação metalinguística;

d) adotando uma postura reflexiva quanto a uma enunciação anterior, própria ou alheia (metaenunciativos). (CARVALHO, 2005, p. 70).

Alguns comentários podem ser feitos a essa possibilidade de classificação. Como dissemos, no início deste trabalho, todas as anáforas encapsuladoras desempenham, na verdade, uma função metadiscursiva, porque revelam a postura do enunciador de olhar, reflexivamente, para o próprio discurso. A diferença parece residir na escolha do modo de designar a sumarização pretendida, definida pela postura argumentativa assumida ao longo do desenvolvimento discursivo. Assim, podemos afirmar que os “rótulos de conteúdo”, classificados por Carvalho (2005), são os que, em dado ponto do discurso, somente exercem uma função generalizadora de conteúdos, razão por que a autora constata que são geralmente não avaliativos (leia-se: explicitamente não avaliativos; devemos retrucar, no entanto, que é possível encontrarmos esses nomes nucleares generalizantes servindo de mero suporte para modificadores altamente avaliativos, como “essas coisas estressantes”, “esses fatos curiosos” etc.).

Desse modo, julgamos mais adequado manter a classificação funcional de generalização, que poderia abrigar também as denominações metalinguísticas, como em “a pergunta”, no exemplo seguinte, e as nominalizações (os nomes deverbais e deadjetivais), como em “o desconhecimento”:

(9) Um portal para a informação

Você já acessou o Portal da Capes? A pergunta, feita para essa matéria a vários estudantes de diversos cursos da UFC, encontrou como resposta quase sempre um não e uma expressão de total alheamento. E o sentimento também é compartilhado por vários professores da Instituição. O Portal, que reúne revistas e jornais acadêmicos de todo o mundo, com artigos científicos, foi lançado em 2002 pela Coodenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). (...) Mesmo assim, para grande parte da comunidade acadêmica da UFC, o Portal é um ilustre desconhecido.

O desconhecimento se traduz no baixo número de acessos ao site (...).

(revista Universidade Pública, janeiro/fevereiro de 2006).

Uma outra função, esta muito pertinente, deve ser ressaltada a partir da proposta de Carvalho: a **metaenunciativa**. Neste caso, como bem aponta Koch (2004), os rótulos qualificam o próprio dizer, não o dito; a própria enunciação é tomada como um objeto de menção, tal como se dá no exemplo analisado por Carvalho (2005, p.79-80):

(10) Quantos diamantes valem os mortos do Congo?

(José Arbex Jr.)

(...) A mídia internacional adora explicar que as guerras na África são consequência de diferenças étnicas, particularmente entre os grupos hutus e tutsis, majoritários na região. Aparentemente, a explicação é exata. Basta lembrar a guerra entre os grupos hutus e tutsis de Ruanda e Burundi, que matou pelo menos 1 milhão de seres humanos, entre abril de 1994 e maio de 1997, além de deixar centenas de milhares

em miseráveis campos de refugiados, expostos a todo tipo de peste e desnutrição. Essa “*explicação*” étnica é útil, confortável e racista. Útil porque esconde aqueles que lucram com a guerra (incluindo os que vendem armas em troca de diamantes, ouro e outras riquezas); confortável porque apaga as responsabilidades históricas dos países que colonizaram e dividiram a África, exploraram o comércio de escravos, promoveram gigantescos e monstruosos genocídios e construíram, enfim, a imensa miséria daquele continente; racista porque alimenta o estereótipo do negro como um ser “atrasado” e “fanático”, imerso em lutas étnicas e religiosas. (...).

A autora comenta que a expressão a explicação, coincidentemente uma nominalização do verbo explicar⁴, refere-se ao próprio ato de dizer e que, ao ativar um novo referente, a expressão resulta num processo de rotulação metaenunciativa, porque, na argumentação elaborada neste exemplo, é essencial categorizar o ato enunciativo e não o conteúdo informativo encapsulado, já que, logo em seguida, a expressão referencial vai ser recategorizada por meio das aspas de conotação autonímica⁵ (cf. AUTHIER-REVUZ, 2004). Desse modo, o rótulo “essa ‘explicação’, que marca duas vezes o início de um novo tópico (o que se faz com o auxílio do demonstrativo), opera um prolongamento do tópico anterior e, principalmente, expressa, pelo uso das aspas, o quanto a voz do locutor se distancia de uma outra voz que concebia o que foi dito como uma explicação satisfatória.

Carvalho (2005, p.80) salienta que, neste último caso, tem-se uma função um pouco diferente, já que as aspas indicam uma recategorização, isto é, uma transformação do rótulo anterior *explicação*. Por meio das aspas, expressa-se uma não concordância do locutor com o significado do nome *explicação* convencionado na língua. Assim, o locutor marca um distanciamento de sua voz, de seu ponto de vista sobre a ideia de “explicação”, em relação à noção que o interlocutor provavelmente teria.

Esta retomada implica um funcionamento discursivo distinto, mesmo apresentando lexia idêntica. Tal funcionamento caracteriza um rótulo de “segunda-mão” (parafrástico), por envolver a retomada de um rótulo já mencionado no cotexto e que é recategorizado pelo locutor à medida que o texto avança. Esse rótulo, que aproveita o mesmo termo para ressignificá-lo, aspeando-o, é caracterizado como uma denominação-reportada, conforme Apothéloz e Reichler-Béguelin (1995).

Questionamos, todavia, se tais expressões “de segunda-mão” ainda devem ser considerados como anáforas indiretas encapsuladoras, já que recategorizam não um trecho difuso do texto, mas um referente que já foi introduzido e que, portanto, está sendo recuperado, ainda que não correferencialmente, como uma anáfora indireta.

Para finalizar, mencionamos o estudo de Vasconcelos de Sá (2007), em que a autora investiga as funções cognitivo-discursivas dos rótulos e analisa a

possibilidade de apresentarem, ou não, algumas das funções que foram propostas por Matos (2005) para as anáforas correferenciais recategorizadoras. Dentre elas, Vasconcelos de Sá destaca três, que se basearam no estudo de Koch (2004) sobre expressões nominais definidas:

- a) glosa por definição
- b) glosa por correção
- c) glosa por especificação

Nesses casos, as expressões rotuladoras recategorizam o referente que vem sendo construído no texto, numa tentativa de elaborar uma explicação definicional para ele, ou de apresentar uma classificação na qual ele poderia enquadrar-se, que poderia ser mais geral que ele, ou mais específica. Essa progressão referencial é muito recorrente em verbetes de enciclopédia, ou em outros trechos de sequência explicativa, como em:

(11) Enquanto você lê estas palavras, está tomando parte numa das maravilhas do mundo natural. Você e eu pertencemos a uma espécie dotada de uma admirável capacidade, a de formar idéias no cérebro dos demais com esquisita precisão. Eu não me refiro com isso à telepatia, o controle mental ou as demais obsessões das ciências ocultas. Aliás, até para os crentes mais convictos, estes instrumentos de comunicação são pífios em comparação com uma capacidade que todos possuímos. Esta capacidade é a linguagem.

(Steven Pinker. *O Instinto da Linguagem*.)

Reproduzimos o comentário pertinente de Matos (2005, p. 81) sobre as expressões referenciais que representam glosas definicionais:

Em termos cognitivos, Koch (2004) chama a atenção para o fato de que nosso conhecimento lexical deve ser ligado a um conhecimento enciclopédico que permita nosso entendimento sobre a relação entre um termo de sentido geral e um específico. Por outro lado, a mesma autora questiona a possibilidade de haver compreensão, mesmo que não se tenha tal conhecimento lexical/ enciclopédico necessário.

Fundando-se em Apothéloz e Reichler-Béguelin (1995), Matos também testa a hipótese de uma função estético-conotativa se superpor a outras, em discursos que se valem da função poética da linguagem. Por vezes, o rótulo apenas homologa uma elaboração, neste caso estética, que vinha sendo construída, como no poema abaixo:

(12) **Ensino**
(Adélia Prado)

Minha mãe achava estudo
a coisa mais fina do mundo.
Não é.

A coisa mais fina do mundo é o sentimento.
Aquele dia de noite, o pai fazendo serão,
ela falou comigo:
'coitado, até essa hora no serviço pesado'.

⁴ A mesma anotação que fizemos com relação aos rótulos de nomes gerais, repetimos aqui: não podemos sustentar que toda nominalização exerce função generalizadora; nesta situação, por exemplo, a intenção de categorizar como um tipo de ato enunciativo suplanta o caráter genérico da nominalização.

⁵ Pela conotação autonímica, o locutor dá à expressão a que ele se refere um outro sentido, uma conotação outra, fazendo o seu dizer não coincidir com o que seu interlocutor possivelmente estaria esperando.

Arrumou pão e café, deixou tacho no fogo com água quente.
Não me falou em amor.
Essa palavra de luxo.

A busca por uma designação mais eficaz estimula o uso de nomeações inéditas nos mais variados gêneros. O fato de os rótulos serem expressões nominais que resumem porções do texto abre um contexto bastante favorável ao emprego de construções inusitadas, que, por isso mesmo, surtem muito efeito nos projetos argumentativos e expressivos de cada locutor.

5. Considerações finais

Este artigo tomou por desafio demonstrar que nem todas as funções atribuídas aos rótulos na literatura são peculiares a todos eles. O leque de funções cognitivo-discursivas dos rótulos será sempre aberto, a nosso ver, mas algumas regularidades podem e devem ser descritas, tal como intentamos fazer neste artigo.

Referências

APOTHÉLOZ, D.; REICHLER-BÉGUELIN, M. J. (1995). Construction de la référence et stratégies de designation. Tradução (inédita) de Mônica Magalhães Cavalcante. In: BERRENDONNER, A.; REICHLER-BÉGUELIN, M.-J. (Org.). *Du syntagme nominal aux objets-de-discours*. Neuchâthsh: Université de Neuchâthsh, p. 227-271.

APOTHÉLOZ, D.; CHANET, C. (2003). Definido e demonstrativo nas nomeações. In: CAVALCANTE, M.M.; BIASI-RODRIGUES, B; CIULLA, A. (orgs.) *Referenciação*. São Paulo: Contexto – Coleção Clássicos da Linguística.

AUTHIER-REVUZ, J. (2004). *Entre a transparência e a opacidade* – um estudo enunciativo do sentido. [apresentação Marlene Teixeira; revisão técnica da tradução Leci Borges Barbisan e Valdir do Nascimento Flores]. Porto Alegre: EDIPUCRS.

CARVALHO, Maria Angélica Freire de. (2005). *O funcionamento textual-discursivo dos rótulos em artigos de opinião*. Tese (Doutorado em Linguística). Campinas: Universidade Estadual de Campinas – Unicamp.

CONTE, Maria-Elisabeth. (2003). Encapsulamento anafórico. In: CAVALCANTE, M.M.; BIASI-RODRIGUES, B; CIULLA, A. (orgs.) *Referenciação*. São Paulo: Contexto – Coleção Clássicos da Linguística.

FRANCIS, Gill. (2003). Rotulação do discurso: um aspecto da coesão lexical de grupos nominais. In: CAVALCANTE,

M.M.; BIASI-RODRIGUES, B; CIULLA, A. (orgs.) *Referenciação*. São Paulo: Contexto – Coleção Clássicos da Linguística.

_____. (1986). *Anaphoric Nouns*. Birmingham: University of Birmingham: English Language Researche.

HALLIDAY, M. A. K.; HASAN, R. (1976). *Cohesion in English*. London: Longman.

JUBRAN, Clélia C. A. S. (1992). Inserção: um fenômeno de descontinuidade na organização tópica. In: CASTILHO, A. T. (org.). *Gramática do português falado*, v. III. Campinas: Editora da UNICAMP, São Paulo: FAPESP.

JUBRAN, Clélia C. A. S.; KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça (orgs.). (2006). *Gramática do português culto falado no Brasil* – construção do texto falado. Campinas, SP: Editora da Unicamp.

KOCH, Ingedore G. V. (2004). *Introdução à Linguística Textual*. São Paulo: Martins Fontes.

LYONS, John. Referência, sentido e denotação. (s/d). In: *Semântica I*. Lisboa: Presença/Martins Fontes.

LEECH, G.M. (1983). *Principles of Pragmatics*. London: Longman.

MATOS, J. G. (2005). *As funções discursivas das recategorizações*. 144p Dissertação (Mestrado em Linguística). Fortaleza: Universidade Federal do Ceará.

KOCH, Ingedore G.V. (2004). *Introdução à Linguística Textual*. São Paulo, Martins Fontes.

PINHEIRO, Clemilton L. (2003). *Integração de fatos formulativos e interacionais na construção do texto: um estudo a partir da topicalidade*. São Paulo, 216p. /Tese - Doutorado em Letras/. UNESP-Assis.

SILVA, F. O. (2013). *Formas e funções das introduções referenciais*. 126p. Tese (Doutorado em Linguística). Fortaleza: Universidade Federal do Ceará.

VASCONCELOS DE SÁ, Jammara Oliveira. (2007). *As funções cognitivo-discursivas das anáforas encapsuladoras*. 106p. Dissertação (Mestrado em Linguística). Fortaleza: V Universidade Federal do Ceará.